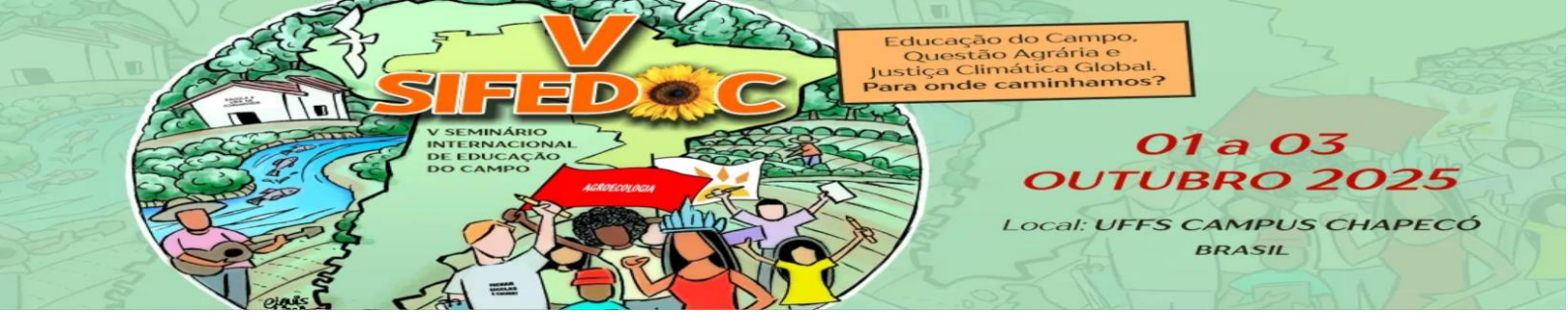


FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: CONSTITUIÇÃO DA MULHER DO CAMPO COMO SUJEITO POLÍTICO.

Eduarda Carboni[1]

Daniele Prates Pereira[2]

Círculo de Saber: Relações de Gênero, sexualidade e Feminismo

Palavras-chave: Gênero; Mulheres Camponesas.

Introdução

A partir da leitura de trechos do livro Feminismo Camponês Popular, organizado por Mezadri et al, podemos refletir com a evidencia dos dados da história na qual mostra como as mulheres, neste enfoque as que residem e trabalham na zona rural, foram ensinadas a ficarem caladas, contentando-se ao que lhes era oferecido a fim de não desagradar, a partir deste pressuposto, se faz necessário criar um espaço para que externalizem suas vivencias e saiam da invisibilidade, a fim de buscar seus direitos e reconhecimentos.

Como bem aponta Perrot (2017), é fundamental dar voz aos excluídos da história, especialmente das classes populares, cujos acontecimentos na maioria das vezes foram relatados a partir da perspectiva dos senhores que detinham o poder dos meios de comunicação. Os materiais históricos utilizados provinham de homens poderosos que difundiam perspectivas que os favoreciam, o que resulta em uma

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEFB), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – *Campus* Francisco Beltrão, PR. Graduada em Letras – Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: edu.carboni@hotmail.com.

[2] Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas no Curso de Direito da (UNIOESTE) – *Campus* Francisco Beltrão, PR. Professora do Curso de Pós-Graduação em Educação – (PPGEFB), *Campus* Francisco Beltrão. E-mail: daniele.pereira@unioeste.br.

exclusão ainda maior das mulheres, que eram frequentemente esquecidas. Portanto, é necessário conhecer e compreender as razões, propostas, opiniões e pensamentos dessas pessoas que constituem as classes marginalizadas, para não perpetuar um discurso baseado em achismos e preconceitos formulados por aqueles que não querem ser questionados e que propagam uma visão única, dos donos do poder.

Foram poucos os cientistas que se preocuparam em reconstruir a história para o ponto de vista destas classes menosprezadas. Por isto, hoje ainda se faz importante abordar questões, temos que buscar diferentes vozes e pontos de vistas para conhecer a história de diversos modos, logo, encontrar uma maneira distinta em se contar a história, transformando as vítimas em protagonistas.

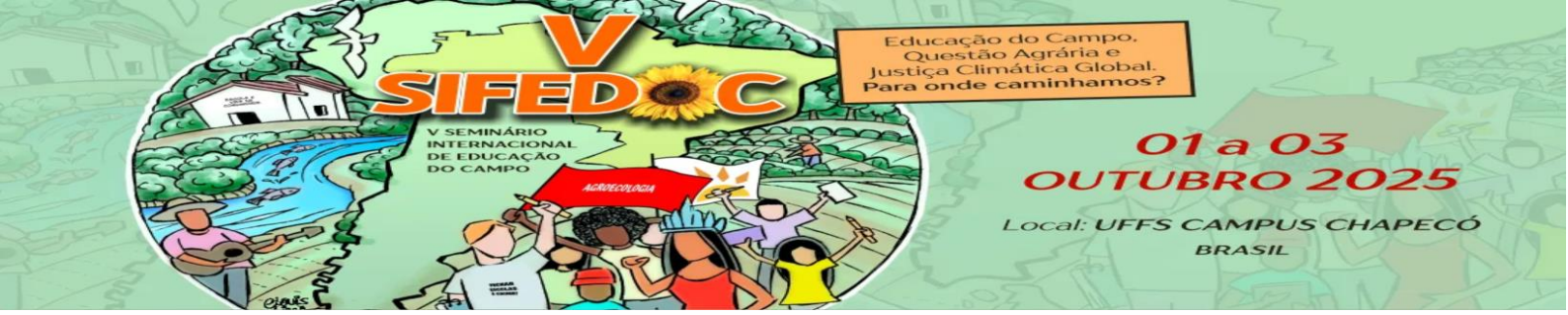
Com o cruzamento destas informações, será possível refletir acerca de como o discurso construído a respeito da luta pela terra e pelos direitos dos pequenos camponeses, impacta na maneira em que se veem, mais precisamente, de como a mulher percebe a si mesma nesse processo.

Se faz necessário dialogar mais sobre a condição feminina na zona rural, para que estas mulheres possam vislumbrar que ocupam um lugar de importância na sociedade e existem pessoas que reconhecem sua força e garra.

Não se trata apenas de abordar as dificuldades e julgamentos que estas trabalhadoras vivenciam, mas sim observar a mulher como uma sujeita política e de direitos.

A constituição da identidade da mulher do campo como sujeito político

É necessário aprofundar a discussão sobre o papel social das mulheres na busca por direitos dos sujeitos do campo, considerando que estiveram presentes em todos os momentos da história do Brasil. No entanto, sua participação muitas vezes foi silenciada pela narrativa da história oficial e, apesar de lutar pelos direitos de todos, elas não puderam gozar dessas garantias por longos anos. Vale ressaltar que o reconhecimento das mulheres como sujeitos de trabalho no campo é algo recente, acontecendo somente em 1988, com a elaboração da Constituição Federal. (Munarini et al, 2020, p.35)



Até 2003, os títulos de terra para beneficiários da reforma agrária eram concedidos exclusivamente aos homens. Graças à reivindicação, um decreto assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff garantiu a titulação conjunta em nome do casal, o que trouxe diversas contribuições para o acesso a políticas públicas para as camponesas, que antes disso enfrentavam dificuldades para acessar financiamentos e recursos para investir na propriedade.

Ainda é necessário falar sobre as diferenças de gênero no campo e garantir os direitos das mulheres agricultoras, incluindo acesso à terra, crédito, assistência técnica, participação em espaços de tomada de decisão na propriedade e ao direito de seguridade social. Foi nesse processo de luta por direitos que muitas mulheres tiveram consciência que não possuíam documentos que comprovassem a sua identidade como RG, CPF, certidão de nascimento e casamento, devido a este fato tinham dificuldades em exercer seus direitos fundamentais.

Frente a estes obstáculos, no ano de 1994 foi realizada a primeira Campanha de Documentação, intitulada *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos,* tendo sido elaborado a partir dos debates realizados no encontro nacional da Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (AIMTR/Sul). Com a pressão das mulheres em nível nacional, esta busca por documentalização também foi assumida pelo governo, que criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em 2004. (Mezadri et al, 2020, p.35-36)

A falta de documentação própria além de causar a exclusão de acesso a direitos, revela a maneira como a mulher camponesa era vista, uma extensão do homem. Segundo Mezadri et al (2020, p.36) *“Neste contexto, além da luta pela documentação, buscavam também sua emancipação*, *pois* [...]” sem identidade a mulher precisava usar documentos do homem com quem residia, quando não mais do pai, essa responsabilidade era passada ao seu cônjuge. É claro que a luta pelos direitos não termina com a conquista; é necessário continuar lutando para garantir que esses direitos sejam exercidos e preservados.

Gênero e atribuição de tarefas na zona rural

Nesta trajetória em busca de justiça social, as mulheres sempre precisaram e ainda precisam ser mais fortes e resistentes, pois além de enfrentar as adversidades políticas e sociais angustiantes, enfrentam preconceitos e machismo. Isso para que tenham voz e sejam ouvidas sobre a falta de oportunidades no mercado de trabalho, as tarefas domésticas que são atribuídas exclusivamente a elas, os cuidados com os filhos e a violência doméstica, tanto física quanto mental.

> "[...] essa divisão sexual do trabalho, além de dificultar o acesso das mulheres a diversos tipos de trabalhos, ainda coloca na invisibilidade a importância do trabalho doméstico para a garantia da continuidade da humanidade, especialmente por possibilitar que outros trabalhos sejam possíveis. Atualmente, o capitalismo se apropria desse trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres de forma gratuita, em nome de uma lógica patriarcal que não considera esse trabalho, que deve ser feitor "por amor"." (Mezadri et al, 2020, p. 128.)

As tarefas domésticas historicamente foram atreladas as pessoas do gênero feminino, tanto na zona urbana como na zona rural, acontece que para as mulheres camponesas isso torna-se ainda mais complexo, relacionando a um trabalho externo rigorosamente pesado e esgotante; acordar cedo, organizar o processo de ordenha, alimentar os animais e entre outras tantas tarefas que isso atribui, quando encerra, diferente do homem que chega em casa e pode sentar-se e descansar, a mulher necessita preocupar-se com o bem estar de todos, pois se não há quem cozinhe, não há quem aguente o trabalho braçal na roça.

Segundo Mezadri et al. (2020, p.128), além do trabalho reprodutivo e de cuidar da família (limpeza da casa, fazer comida, entre outras tantas funções), as camponesas ainda são vistas como se desenvolvessem tarefas leves. No entanto, não refletem sobre o quanto é árduo cuidar da casa, da família, dos afazeres domésticos e também trabalhar na agricultura. A autora supracitada ainda questiona: que trabalho seria válido, afinal? E apresenta argumentos que respondem a esse questionamento: "a mulher é dita como improdutiva, embora trabalhe bem mais horas por dia do que os homens" (Mezadri et al., 2020, p.131).

Fica explícito que a desvalorização do trabalho doméstico possibilita o controle sobre as mulheres, considerando que esses papéis rígidos recaem sempre às mulheres e consequentemente, atingem sua qualidade de vida, saúde mental, formação de sua identidade e a forma como enxerga a si mesma. O fato de priorizar

sempre as necessidades dos outros, filhos, marido, e demais familiares, condiciona as mulheres a acreditarem que os desejos próprios são supérfluos e, quando ela tenta priorizar o que é melhor para si, muitas vezes é rotulada como egoísta. Esse ciclo induz ao aumento do estresse, autoestima baixa e sensação de perda de si mesma.

Muitas vezes, as mulheres camponesas não têm tempo para si mesmas e para um hobby, o que dificulta a convivência com as amigas, familiares e pessoas próximas. A falta de tempo para o lazer e para o prazer não é apenas resultado de uma rotina de sobrecarga, mas é o reflexo de um sistema que nega à mulher o direito ao descanso, à diversão e à liberdade.

Conclusão

Com base nessas concepções entende-se que as relações de poder estabelecidas estruturalmente entre homens sobre mulheres acarretam uma sobrecarga não apenas de cansaço físico, mas mental. Essa falta de reconhecimento tanto no campo de conquistas de direitos, como na prestação de serviços resultam na mulher um sentimento de desesperança, condicionando ao desencorajamento de buscar continuar estudando, refletindo e indo a luta, tendo em vista que não sentem-se participantes desse processo político.

Se faz necessário continuar debatendo esses conceitos e ideias com as mulheres camponesas,

Referências bibliográficas

MEZADRI, Adriana Maria *et al* (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 189 p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 310 p.